

ENTRE NESSA
CAMPANHA!

CRIANÇA É
PRIORIDADE!

PARTICIPE!

Guia da Campanha

Criança é Prioridade!

ÍNDICE

1. Estratégias de campanha local

2. A Campanha

3. Saiba mais

Mapeando o Município	4
Dividindo funções.....	4
Comunicando	4
Buscando reforços.....	5
Criando um efeito dominó	5
Passo a Passo	7
Faça Barulho.....	9
A primeira infância	12
Links informativos.....	12



ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA LOCAL

A campanha Criança é Prioridade nas Eleições pode ser uma oportunidade de ação política local para além das eleições. O objetivo imediato é pautar candidatos e candidatas para que a renovação nas administrações municipais em todo o país inclua avanços em políticas para a infância. Mas o efeito simbólico dessa mobilização é ainda mais importante: provocar essa discussão junto à lideranças políticas e garantir que a partir dos compromissos assinados, tenhamos ao menos ampliado a visibilidade da Primeira Infância, enquanto tema prioritário na política, no debate público, na imprensa e na sociedade em geral.

Mapeando o município

Fazer política exige estratégia, planejamento, mobilização de esforços e ativação de redes de pessoas e instituições identificadas por causas comuns. Tudo depende de como funciona a rede de serviços e de atenção à criança e ao adolescente em cada município. Por isso, para definir sua estratégia é importante mapear a situação municipal nas políticas públicas e da atuação da sociedade civil. Por exemplo:

- Organizações e Fundações sociais: Quem já atua com foco na Primeira Infância? Quem trabalha com direitos humanos, mas ainda não se dedica a Primeira Infância, mas poderia integrar essa rede?
- Conselhos Municipais: O município conta com fóruns e Conselhos de Educação, Saúde, Assistência Social? Quem são os pontos focais a serem contatados?
- Diretórios Partidários: Quais são os diretórios partidários que já lançaram uma candidatura à prefeitura do município?
- Sociedade Civil: Que outros líderes comunitários, agentes sociais e políticos, jornalistas, radialistas, artistas, professores, intelectuais etc.) e mediadores políticos parecem sensíveis ao tema e poderiam aderir a campanha?

Dividindo funções

A partir desta lista inicial, pode-se reunir o grupo que desenvolverá as diversas atividades da campanha no município. Cada pessoa ou instituição tem sua especialidade, seus recursos materiais e humanos e, por isso, pode colaborar de

forma diferente com ações complementares para a repercussão da campanha. Identifiquem as aptidões de cada um para definir suas funções e seu papel na rede e suas metas de contatos.

Comunicando

A próxima ação pode ser a elaboração de um Plano de Comunicação da campanha no município. É interessante agrupar de maneira informativa os conteúdos referentes à Primeira infância no município. Basicamente, são as informações gerais que oferecemos no site da campanha e também do nosso próximo lançamento: o site do Observatório do Marco Legal da Primeira Infância. Além disso, se tiver disponibilidade do candidato (a), vale criar um "hit" de materiais específicos para a sensibilização, articulação e implementação das ações no município, compartilhando os desafios e potenciais parceiros em soluções locais, além da mídia da cidade.

Algumas estratégias de comunicação possíveis:

- Grupos no Whatsapp e Facebook | Construir rede de contatos para comunicação constantes de cada passo da campanha
- Parcerias | Realizar debates em escolas e universidades, aproveitando eventos artísticos e culturais para divulgar a campanha
- Imprensa | Realizar entrevistas com jornalistas, rádios locais e comunitárias
- Lideranças políticas | Aproveitar eventos políticos como plenárias online ou encontros de voluntariado para divulgar a campanha. *Importante: a RNPI reco-

menda seguir as normas sanitárias de restrição de convívio social para o combate da pandemia do Covid-19.

- Defensoria Pública e Câmara Municipal | Marcar audiências públicas para debater a Primeira Infância nas eleições
- Assinaturas Coletivas| Agendar "assinaturas coletivas", para selar compromissos de vários candidatos

Buscando reforços

Em muitos casos, dependendo do tamanho e da situação política do seu município, será aconselhável buscar apoio e construir parcerias também nos âmbitos estadual e federal.

Exemplos de interlocutores possíveis:

- Conanda
- ONGs com alcance nacional
- Conselhos e fóruns estaduais
- Ministério Público estadual
- Federações intermunicipais de Educação, Saúde, Assistência Social etc.

- Federações de organizações sociais
- Grupos de Escoteiros (nacional, regional) e organizações semelhantes
- Líderes e instituições de municípios vizinhos maiores e das capitais
- Redes de Defensorias Públicas e Conselhos de garantia de direitos

Criando um efeito-dominó

A campanha Criança é Prioridade nas Eleições é suprapartidária, ou seja: não tem vínculo com partidos específicos. No entanto, suas estratégias dependem muito do diálogo com os candidatos e candidatas, seus assessores, partidos e diretórios. Uma boa possibilidade de efeito-dominó é aproveitar a assinatura de determinado candidato ou candidata para ampliar o alcance da campanha até outros municípios.

A chave para isso é conquistar os diretórios partidários. Os partidos têm representação em muitos municípios e estados, e podem ser aliados estratégicos na disseminação das mensagens da campanha e das cartas-compromissos para candidatos e candidatas do mesmo partido em outros municípios!

No mais, a campanha é flexível e depende do entusiasmo e da criatividade de quem vai agir localmente: você e suas crianças!

A CAMPANHA

Nesta eleição de 2020, a Rede Nacional Primeira Infância lança mais uma edição da campanha suprapartidária que convoca os candidatos e candidatas à prefeitura de todo o Brasil a assumirem um compromisso público pelos direitos da criança. É com um esforço em rede com organizações em todo o país, que perguntamos: "E as crianças, candidatos (as)?"

Com a pandemia do Covid-19, sabemos que as eleições municipais irão ganhar grande força no âmbito virtual. E seguindo as recomendações de prevenção da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde sobre distância mínima em lugares públicos e convívio social, sugerimos que a maior quantidade de contatos realizados para esta campanha seja realizada respeitando estas [sugestões](#).

Por meio da sua participação e das cerca de 260 organizações que integram a RNPI, vamos realizar um verdadeiro mutirão para informar os candidatos e candidatas sobre as atribuições da Prefeitura na garantia dos direitos das crianças, a importância de promover e articular políticas intersetoriais e a necessidade de implantar um Plano Municipal pela Primeira Infância. Participe com a gente!

Como andam as políticas públicas de atendimento às crianças na sua cidade?

Todos os direitos de crianças e adolescentes estão sendo respeitados? Será que as candidaturas à Prefeitura estão preocupadas com isso?

Se realmente pretende fazer uma gestão focada na infância, o (a) candidato (a) terá a oportunidade de mostrar que isso não é só discurso. Será convidado(a) a assinar uma Carta Compromisso garantindo que:

1. Vai priorizar os direitos das crianças no seu plano de governo;
2. Vai priorizar a primeira infância como decisão efetiva no PPA e orçamento municipal;
3. Vai elaborar, implementar e acompanhar o Plano Municipal pela Primeira Infância.

O candidato ou candidata a prefeitura que assinar o compromisso ganha um selo da Campanha "Compromisso pela Infância: Eu assinei!". Até o final das eleições, vamos informar, mobilizar, cobrar e divulgar no site e nas redes sociais as candidaturas que já assinaram o compromisso

E os candidatos e candidatas da sua cidade, já assinaram?

Passo a Passo

Passo 1 – Procure a liderança do seu Estado!

Ao entrar no nosso site (<http://primeirainfancia.org.br/campanha-eleicoes-2020/>), os nomes e contatos das instituições parceiras da Rede Nacional Primeira Infância nessa campanha estarão disponíveis para contato.

Passo 2 – Inscreva-se para receber a Carta Compromisso!

Essa carta foi construída coletivamente pelas organizações parceiras da Rede Nacional Primeira Infância e engloba 7 ações prioritárias para que as candidaturas se comprometam na formação de um mandato orientado para a garantia dos direitos das crianças.

Passo 3 – Conecte-se às candidaturas!

Esse passo diz respeito a procurar seus candidatos e candidatas à prefeitura do município. Você já sabe quais são todos eles? No site do TSE, procure por região, estado e município, até chegar à lista oficial com os nomes de quem está se candidatando em sua cidade: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020>

Não se limite as candidaturas que você já conhece ou com os quais têm afinidade política e ideológica. O ideal é fazer a Carta Compromisso chegar a todos os candidatos e candidatas a prefeitura do seu município. Isto é importante porque ajuda a pautar as campanhas e os debates eleitorais, e evidencia quem assinou o compromisso e quem se recusou a assinar.

Passo 4 – Registre as assinaturas

Pensando no contexto atual, nesta edição da campanha sabemos que as interações públicas serão mais difíceis mas lembramos que sempre que ocorram, se respeite o limite de distância social e a recomendações sanitárias vigentes do seu município. Quando não for possível o contato pessoalmente, recomendamos as assinaturas digitais como uma alternativa.

O sucesso da campanha depende do registro e da divulgação das assinaturas dos candidatos e candidatas. E nós, da Rede Nacional Primeira Infância, queremos saber como foi a campanha na sua cidade, conte pra gente pelo e-mail campanha2020@primeirainfancia.org.br.

Aproveite e registre todos os passos da campanha! Em foto, vídeo, áudio, do jeito que der. Em tempos de comunicação digital, a campanha ganhará força se puder contar com muitas imagens, de muitas pessoas diferentes e vários locais do Brasil, interagindo com candidaturas à prefeitura para trazê-los para o compromisso, em situações variadas:

em lives, na plenária online, no debate... onde houver candidatos (as), lá estaremos! Registre as tentativas bem-sucedidas, e as frustradas também. Quem te receber bem e quem fechar a porta. As recusas precisam ser divulgadas, para que o eleitor saiba quem são as candidaturas que não se comprometeram com a infância.

Algumas estratégias para se aproximar das candidaturas e convidá-las para assinar a carta:

- Entre em contato com as assessorias dos (as) candidato (as) e solicite uma reunião;
- Entregue a Carta Compromisso aos comitês dos (as) candidatos (as);
- Envie a Carta Compromisso por e-mail;
- Comunique-se com as redes sociais dos (as) candidato (as) informando sobre a campanha e cobrando a assinatura do compromisso;
- Reúna candidatos e promova um debate online sobre políticas para a infância;

Se houver outras pessoas e instituições dedicadas a primeira infância em seu município, juntem esforços! O impacto da Carta Compromisso será maior se ela for entregue por uma rede de instituições e eleitores.

NÃO HÁ TEMPO A PERDER!

Este ano a agenda eleitoral foi remodelada e campanha eleitoral será ainda mais dinâmica!



Faça barulho!

Se você concorda que criança é prioridade para as políticas públicas, ajude-nos a fazer barulho, movimentando a campanha nas mídias locais e nas redes sociais!

- Escreva um texto comunicando as ações da campanha e publique junto com fotos e vídeos no seu site, Facebook, e em outras redes;
- Envie seu relato e seus registros para a lista de contatos de sua organização, compartilhe nos grupos de Whatsapp ou mande para sua rede de amigos e conhecidos;

Poste cada passo da campanha (inclusive os candidatos que se negaram a assinar) nas redes sociais da sua instituição, marcando nosso instagram ([@criancaeprioridade](#)), do partido e da campanha do (a) candidato (a) (e dos adversários também!);

- À cada carta assinada ou à cada recusa em assinar, comunique à imprensa local (rádios, jornais, programas de TV);

SAIBA MAIS

As crianças são um dos assuntos mais importantes do mundo. A ONU (Organização das Nações Unidas) e alguns de seus Organismos como o UNICEF, a UNESCO e a OMS, vêm conclamando os países a construir "Um Mundo para as Crianças". No documento que leva esse título (2002), os chefes de Estado e de Governo se comprometeram a colocá-las em primeiro lugar. Assim reforçaram o compromisso assumido em 1989, com a assinatura da Convenção dos Direitos da Criança da ONU.

No Brasil, a prioridade absoluta às crianças e adolescentes está prevista na Constituição Federal em seu artigo 227. Em 2016, essa determinação foi reforçada com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, que complementa conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente e honra os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº13.257/2016) prevê a implantação, em cada cidade, de um Plano Municipal pela Primeira Infância. Com esse instrumento de planejamento e gestão, o prefeito poderá utilizar melhor seus recursos, articulando suas competências e responsabilidades com as políticas estaduais e federais.

Os prefeitos e prefeitas tem o poder de melhorar a vida das crianças de várias formas, garantindo:

- vagas em creches e pré-escolas de qualidade para todas as crianças,
- atendimento de saúde de qualidade,
- assistência social para todas as crianças e suas famílias,
- água encanada e esgoto para todos,
- parquinhos e espaços para brincar,
- formação adequada dos profissionais que trabalham com as crianças,
- escuta e participação das crianças em decisões que afetam suas vidas.

Ter um Plano Municipal pela Primeira Infância é fundamental para identificar como o município está atendendo a cada um desses direitos, e garantir o cumprimento de todos eles por meio de políticas intersetoriais eficientes.

Por que é importante a intersetorialidade?

Por que a criança é uma só. Não faz sentido as secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e outras áreas trabalharem isoladas, consumindo recursos e dispersando esforços em programas que poderiam ser mais efetivos se fossem articulados, pois têm o mesmo objetivo: garantir os direitos e a qualidade de vida das crianças. Muitas vezes as políticas setoriais desviam o olhar do conjunto e não compreendem como as partes se complementam. Podem, por isso, até fazer um diagnóstico equivocando e errar no tratamento ou oferecer atendimento inadequado.

Intersetorialidade significa unificar as agendas e as políticas públicas de diferentes órgãos pela criança. E pode ser um movimento que vai muito além do poder público: famílias, comunidades, empresas e organizações civis de âmbito local, regional, nacional e internacional tem muito a contribuir para fazer da primeira infância uma prioridade nacional de fato.

Os prefeitos e prefeitas tem papel estratégico como líderes deste modelo de atuação em rede. Desta forma otimizam a utilização dos recursos públicos, conquistam novos parceiros e fontes de financiamento e se credenciam para dialogar com outras organizações defensoras dos direitos das crianças não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

A primeira infância

No período da vida que cai até os 6 anos de idade as crianças passam por um acelerado desenvolvimento e a adquirem as bases de suas estruturas afetivas, sociais e cognitivas, que exigem políticas públicas prioritárias e integradas.

Por viverem nesses estágios iniciais e especiais do desenvolvimento, as crianças são sujeitos de direitos diferenciados nos campos da saúde, assistência social, educação, proteção, escuta, cultura, do brincar e do acesso à espaços públicos como praças e parques.

Já passou o tempo em que se julgava as crianças seres passivos, sujeitos apenas às decisões e desejos dos adultos. Crianças são sensíveis ao que acontece ao seu redor, pensam e expressam de diversas formas suas opiniões e sensações. E muitas vezes são mais atentas e espertas que os adultos para diversos temas e situações. Por isso a participação infantil vem sendo cada vez mais valorizada, inclusive na hora de definir as políticas públicas. Afinal, quem melhor do que as crianças para saber do que elas gostam e precisam? Seu candidato (a) está disposto a ouvir as crianças?

Links informativos



Marco Legal da
Primeira Infância



Planos Municipais pela
Primeira Infância



Guia de Fontes



Plano Nacional pela
Primeira Infância



Guia PI em pauta nas eleições

Para acesso a mais links, não deixe de acessar o Observatório do Marco Legal da Primeira Infância e o site da nossa Campanha Criança é Prioridade nas Eleições 2020.

